

O AFLORAR DA RAZÃO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ELEMENTOS DA INTERCULTURALIDADE

Profª PhD. Dra. Débora Araújo Leal¹
Prof. PhD. Dr. Francisco Roberto Diniz Araújo²
Profª. Dra. Aline Nazaré Nogueira³
Isaque dos Santos Souza⁴
Lais Matos Pereira⁵

RESUMO

Este artigo busca analisar como a conjuntura nacional e o cenário político e histórico do Brasil no qual os movimentos sociais estão inseridos demonstram que o indivíduo ou o coletivo precisam ser compreendidos de modo isolado e no contexto sociocultural. É uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. O presente artigo analisa os movimentos sociais na perspectiva de Gohn (2010), dos princípios legislativos presentes nos conceitos de Democracia e Cidadania institucionalizadas a partir da Constituição Federal de 1988. Analisaremos o processo intercultural através de música que trata a questão dos Movimentos Sociais. Em que pese dizer, que toda esta proposta metodológica trará como plano de fundo um movimento mais amplo que é o processo intercultural e educacional. Nos resultados aponta-se que no Brasil, as palavras Democracia e Cidadania encontram-se em ênfase na Teoria Política. No cotidiano das pessoas, o termo na prática é praticamente inexistente. A construção da Democracia no Brasil esteve sempre vinculada aos interesses da elite, o que se percebe é que raramente esteve vinculada a necessidade do coletivo.

Palavras-chave: Educação, Cultura, Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

¹ Pós Doutora em Docência e Pesquisa Universitária pelo Instituto Universitário Italiano de Rosário IUNIR - AR; Doutora em Educação pela Universidade Internacional Três Fontes - UNINTER-PY; Graduanda em Direito pela Faculdade Estácio de Sá-UNESA, Coordenadora Pedagógica do Município de Feira de Santana-BA e Professora do Instituto de Educação Social e Tecnológico da Bahia, deboraleal2502@gmail.com.

² Posdoctor en Psicología con Orientación en Metodología de la Investigación de Revisión – Universidad de Flores – Buenos Aires Argentina e Pós-Doutor pela Université Libre des Sciences de l'Homme de Paris, ULSHP, França. Professor Universitário e Coordenador Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de São Bento - PB, robertodinizaemd@hotmail.com.

³ Doutora em Educação pela - ACU - USA; Mestre em Educação - Universidade de Lisboa - PT; Bacharela em Direito pela UNIFASS; Professora da SEEDF - Brasília; Especialista em Artes e Tecnologias Contemporâneas pela UNB; Pedagoga pela Faculdade Albert Einstein - DF, aline.ncarvalho@gmail.com.

⁴ Graduando em Pedagogia do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI e Estagiário do Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão em Feira de Santana-BA, zaksouza18@gmail.com.

⁵ Graduanda em Direito pela Universidade Estácio de Sá – UNESA, Ensino Médio pelo Colégio Estadual Duque de Caxias- BA, pereirajunior72@outlook.com.

O presente artigo é resultado das reflexões inerentes aos movimentos sociais a interculturalidade e como estes ganham força no cenário escolar, através da cultura da musicalidade do currículo oculto. A conjuntura nacional e o cenário político e histórico do Brasil no qual os movimentos sociais estão inseridos demonstram que o indivíduo ou o coletivo precisam ser compreendidos de modo isolado e no contexto sociocultural. O presente capítulo analisa os movimentos sociais na perspectiva de Gohn (2010), dos princípios legislativos presentes nos conceitos de Democracia e Cidadania institucionalizadas a partir da Constituição Federal de 1988.

Analisaremos o processo intercultural através de música que trata a questão dos Movimentos Sociais. Em que pese dizer, que toda esta proposta metodológica trará como plano de fundo um movimento mais amplo que é o processo intercultural. Em resposta às demandas sociais da realidade, e em consonância com as finalidades, objetivos, valores e princípios éticos-políticos estabelecidos no Código de Ética Profissional, o/a assistente social precisa assumir o compromisso com os interesses e necessidades da classe trabalhadora e com a superação das desigualdades sociais.

A atividade profissional dos educadores responde a problemas vividos por indivíduos de forma singular, mas que decorrem do funcionamento das estruturas socioeconômicas e políticas e de seus sistemas que influenciam percursos, modos e condições de vida de pessoas, grupos e identidades individuais e coletivas. Os Educadores sentem necessidade de estabelecer formas identitárias para dar sentido à ação que desenvolvem.

Contudo, os Movimentos Sociais, em sentido mais amplo, se constituem em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou programa, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de rede de Movimento Social presente em Gohn (2010) busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.

A partir da leitura realizada, a autora Gohn (2010), resume as correntes teóricas explicativas dos movimentos sociais em três níveis: Histórico Estrutural, Institucional Organizacional-Comportamentista e Cultural Identitária. Na busca pela criação desses modelos interpretativos, Warren (2000), considera a representação da sociedade civil nos

níveis: associativismo local, articulações interorganizacionais e mobilizações da esfera pública.

Warren (2014) considera que há um grande trabalho para a preparação dos sujeitos para aumentar o empoderamento dos Movimentos Sociais, ampliem suas formas de participação e representação. É necessário que os sujeitos sejam habilitados a participar em mobilizações de base local na esfera pública, fóruns e redes da sociedade civil, conselhos paritários e conferências nacionais e globais de iniciativa governamental em parceria com a sociedade civil organizada.

No que diz respeito ao Movimento Social de perspectiva cultural identitária, podemos destacar o movimento de luta pela garantia dos direitos quilombolas que é histórica e política. A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertencer. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços de identidade nas comunidades e entre elas, parte dos princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação.

METODOLOGIA

Por entender que a pesquisa qualitativa possui um caráter social, possibilitando ao investigador o entendimento relevante acerca do estudo em questão, adotamos esse tipo de pesquisa como método a ser desenvolvido neste trabalho. Ludke (1986, p.12) traz que, “O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”.

Percebe-se que, enquanto pesquisador deve-se ter a clareza da necessidade de encontrar e capturar os anseios e as perspectivas dos indivíduos participantes do processo. Vale salientar que os pressupostos sugeridos pela pesquisa qualitativa permitem fazer uma busca subjetiva sobre o assunto. Segundo Minayo (2007, p. 22), “A abordagem ainda se aprofunda no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas”.

Faz-se necessário registrar que a pesquisa qualitativa não se detém na busca de dados numéricos, mas procura averiguar pela compreensão da realidade humana, os aspectos da vida social que diferem as ações dos homens. Essa investigação tem como objeto de estudo os movimentos sociais e a interculturalidade para tanto, escolheu-se como modalidade da pesquisa qualitativa a pesquisa bibliográfica.

Este artigo se desenvolveu a partir da escolha do tema e, conseqüentemente, foi realizado uma catalogação das fontes bibliográficas, definindo um plano de leitura, onde orientou o trabalho no processo de construção, com leituras, discussões, fichamentos que embasaram e fomentaram a pesquisa.

PRESO À LIBERDADE: A MÚSICA COMO ELEMENTO EMANCIPATÓRIO E INTEGRATÓRIO NOS MOVIMENTO SOCIAIS

De acordo com Gohn (2010), percebe-se que há, tanto no espaço nacional quanto internacional, ao longo dos tempos um processo político-social para a construção da Cidadania que é permeada por elementos quer emancipatórios/transformadores ou integratórios /conservadores dos movimentos sociais. Tendo em vista que a Cidadania, num conceito muito primitivo, estaria relacionada à aceção de que todos são iguais e possui os mesmos direitos sociais. O que não acontece.

A música Preso a Liberdade nos remota a Revolução Francesa, sustentada na tríade “fraternidade, igualdade e liberdade” que encabeçou um novo processo político e cultural para as sociedades ocidentais. Notamos que foram sucessivas lutas (Revolução Francesa, Russa...) e embates entre a burguesia (ou donos do poder, das propriedades, ricos) e o proletariado (pobres, camponeses, trabalhadores, explorados) que desencadearam profundas transformações na forma pela qual o Estado (como possível garantidor do Bem Estar Social) mediava suas políticas para os cidadãos (que possivelmente possuíam direitos).

Assim, é notório que vários aspectos foram possibilitando às pessoas, grupos e segmentos a busca pela legitimação de espaço na arena social, ou seja, o exercício da sua Cidadania e mais tarde, da Democracia. Sobretudo, a partir da década de sessenta surgem movimentos (feminista, negro, homossexual) contestatórios à ordem vigentes que lhes impunham uma máscara de estigmatização social colocando-os como inferiores e sem representatividade social. (SCOTT, 2015)

Acoplam-se, do nosso ponto de vista, a essa luta (desde a Revolução Francesa) pela Cidadania, o atravessamento de gênero, raça, etnia, nacionalidade, regionalidades. E assim, o Estado Brasileiro passou a incorporar em sua agenda política e econômica, a partir da década de 1980, o agendamento de tais atravessamentos, uma vez que, estes próprios segmentos passam a cobrar maior representatividade política.

Obviamente, ao longo desse processo histórico, o Estado voltou os seus olhos para segmentos marginalizados, tratando-os como inferiores, como o outro, dando-lhes benesses reparatórias que em nada mudavam suas condições sociais.

Mesmo em meio às tensões e resquícios da Ditadura Militar Brasileira, o processo de afirmação, de participação da sociedade civil e redimensionamento dos Movimentos Sociais vão buscando lugar em meio ao tecido social.

E isso é refletido no agenciamento e criação de órgãos e setores da sociedade que possibilitam aos segmentos excluídos voz, mesmo que tímida, e participação social através de políticas públicas que minimizam a suas situações sócio históricas.

É fato que precisamos avançar, pensamos que o Serviço Social, a Lei 10.639/03, a criminalização da homofobia são importantes instrumentos que são oriundos desse longo processo político de busca de efetivação da Cidadania e, sobretudo, da Democracia.

Desse modo, em se tratando de Brasil podemos perceber uma evolução do quesito garantia de direitos sociais, políticos e civis. Apesar de, como percebemos na música, a trajetória de nossas leis serem “espelho” e estarem a serviço do poder dominante (Portugal, Estados Unidos); e a limbo de procedentes históricos (Guerra-fria, Segunda Guerra Mundial).

As nossas sete Constituintes foram ao longo da história, entre avanços e retrocessos, garantindo em Lei conquistas relacionadas à liberdade de expressão, à participação popular, à participação de minorias étnicas e sexuais nos processos democráticos e decisórios de nossa nação (o direito ao voto, o reconhecimento das assimetrias de gênero e raça).

AS POSSIBILIDADES DE PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nos primórdios dos tempos, o Movimento Social estava ligado ao todo, ou seja, a luta em prol de um objetivo de toda a sociedade. Embora todos os problemas existissem, conforme aponta Gohn (2010), havia um sentimento de pertencimento. Qualquer que fosse a militância, o coletivo fazia grandes mobilizações. Vale destacar aqui, o Movimento dos Caras Pintadas onde Mulher, Homem, Branco, Negro, Gordo, Magro, em uma só voz, lutaram em mobilização a favor do impeachment de Fernando Collor.

Com passar dos tempos, inclusive pela própria Ideologia do Neoliberalismo, esta organização passou a se fragmentar cada vez mais. Temos como exemplo os diversos títulos sobre a temática: Movimentos das Mulheres Contemporâneas, Mulheres Negras, Mulheres Indígenas, Mulheres Trabalhadoras Urbanas, Mulheres Trabalhadoras Rurais, Mulheres Lésbicas, Mulheres Jovens e assim por diante. (SCOTT, 2015)

Enfim, o que nos inquieta é: Estas fragmentações, estes pequenos grupos dentro de um interesse macro, fortalecem a organização? Logram mais êxito nas suas lutas? A sociedade civil, o Governo ouve mais ou compreende mais? Ou uma organização com um tamanho maior, com os sujeitos sociais envolvidos sentindo-se pertencente ao objetivo independente do que seja? Aumenta ou diminui a força? A luta é por interesse próprio e específico ou por algo comum a toda sociedade?

Assim, em resposta aos questionamentos acreditamos que o atual ideal dos Movimentos Sociais causa certo descompromisso da sociedade a partir do momento em que não se enfatiza o sentimento de pertencimento e o empoderamento suficiente, elementos tão enfatizados por Gohn (2010). Vejamos uns exemplos: “Sou branca, assim deixo que as Mulheres Negras lutem lá; Eu não sou estudante, assim deixo que o estudante lute lá; Eu sou da zona urbana, o que tenho a ver com as lutas das mulheres que moram na zona rural”? Deste modo a força do Coletivo se fragmenta.

Ademais, temos exemplos de iniciativas públicas provenientes dos enfrentamentos realizados pelos movimentos sociais. A Lei 10639/03, que garante a cultura afro brasileira no currículo escolar a nível nacional, a criminalização da homofobia, os direitos trabalhistas. Temos avançado significativamente no quesito políticas públicas através dos Movimentos Sociais. (GOMES, 2017)

No entanto, não há como negar que em alguns setores da sociedade estamos andados a passos lentos, como por exemplo, na reforma agrária e na política de habitação. Não é de se estranhar que com esta política, grande parte de segmentos excluídos seriam atendidos como exemplo os ruralistas e os pobres.

O entrave nas políticas públicas reside, na sua consequente reparação de danos gerados a um determinado grupo. A partir do momento em que elas forem construídas como forma de garantir direitos iguais para todos terão avanços melhores.

E isso é patente, há uma grande parcela da sociedade com as quais possuímos dívidas históricas. As cotas para acesso de negros e pobres à universidade é uma delas que por sua vez são conquistas fruto do Movimento Negro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observa-se que os códigos e leis estabelecidas desde a antiguidade, demarcavam o poder de determinada classe social. Percebemos no percurso histórico, um resumo geral das primeiras formas de pensar as normas e os direitos, tendo como principais precursoras deste processo as civilizações orientais. A noção de Democracia e ou Estado Democrático tem sua iniciativa na Grécia (Atenas) cidade-estado e as iniciativas políticas da plebe, buscando Democracia e participação popular.

A partir daí já temos a luta efetiva de ações políticas e sociais para a sociedade excluída de tal processo. O estado passa a ser democrático a partir da escuta das diversas vozes e atores sociais que reivindicam seus direitos junto à Constituição. Para Gomes (2017), a participação direta era a chave da Democracia ateniense.

Na Assembleia Soberana todo cidadão livre podia não só assistir, como tinham o direito de intervir no debate. Convém salientar que essa Democracia era apenas para os homens maiores de idade e os nascidos em Atenas, estavam fora às mulheres, os estrangeiros e os escravos. A evolução do conceito de Democracia está sorrateiramente ligada às questões que hoje nos fazem refletir acerca do papel do Estado, da sociedade civil, e, sobretudo, dos Movimentos Sociais.

É hora de retomarmos as pautas colocadas pela sociedade civil organizada. Só que agora percebamos exatamente as configurações políticas de ordem conjuntural e estruturante travadas pelos Movimentos Sociais, frente ao Estado, o regulador das relações sociais.

A atuação do Estado, quisto promotor do Direito e da Democracia, bem como a sua forma de operar iniciativas importantes às reversões das iniquidades, dentre os marcos e movimentos políticos estão as Revoluções Francesa, Industrial, Russa. Temos também a Guerra Fria, a Ditadura Militar (Brasil). Entendo-os como molas propulsoras da discussão e reflexão em torno dos avanços políticos, econômicos, políticos e civis de inúmeros segmentos sociais.

Acreditamos ainda que, no âmbito da década de 1980, os movimentos feministas e negros foram decisivos para fortalecimento destes embates políticos. Outro ponto de destaque, presente no texto, refere-se à presença de algumas dívidas históricas com certas populações, a exemplo das já citadas, neste contexto se insere também as questões

relativas à reforma agrária e de direito a terra, que por tantos anos homens e mulheres do campo não tem tido acesso e quando as têm não suficientes para manter-se.

Esta é uma área atravessada seriamente pelos recortes de gênero e raça, uma vez que, notamos que os negros ao serem "libertados" formaram esse "novo" contingente de pessoas sem acesso aos bens sociais, principalmente a terra. O papel da sociedade civil no direcionamento da atuação do Estado é indispensável, visto que o levantamento de proposta por quem vivência a realidade social e o controle social sobre as ações do estado poderá nos conferir melhores condições de vida a população. Sabe-se ainda, que neste processo, a Ditadura Militar representou um corte brusco ao exercício da Democracia. (GOMES, 2017)

No entanto, após, a Constituição de 1988, nota-se que, temos avançado consideravelmente na garantia e legitimação dos direitos sociais e econômicos. Isso é reflexo da participação de alguns segmentos sociais que foram excluídos do processo histórico, como negros, homossexuais e mulheres, que começaram através de seus grupos a reivindicarem representatividade e espaço social. Gohn (2010, p. 38) afirma que,

Estado é representado pelos poderes políticos de uma nação, já a condição de cidadão de um indivíduo é o que lhe confere a Cidadania, ou seja, os direitos, e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive, pode-se afirmar que para que exista o Estado e este, estabeleça a governabilidade é necessário que o cidadão seja participante da política do Estado e exerça de fato sua Cidadania plena.

Observa-se que Cidadania, em se tratando de política de gestão pública moderna, se estabelece primeiramente em nível histórico, com os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, ainda de que forma bastante contraditória à realidade, pois surgiram para reafirmar os interesses da burguesia em ascensão. Depois, no desenrolar das relações de produção e consumo, com a Revolução Industrial e o surgimento do proletariado, novas perspectivas se descortinam em relação a esse aspecto de construção do pensamento sobre a Cidadania. (GOMES, 2017)

A organização de sindicatos, as greves, a aprovação das leis trabalhistas, e a fomentação de novos planos de governo, dão uma nova dimensão ao papel do Estado e do Governo em si, em relação ao cidadão e seu papel. O estudo deste problema por parte de intelectuais e seu vínculo com os/as trabalhadores/as, originou muitas vertentes de lutas tais como o sindicalismo, o socialismo utópico, o marxismo ou socialismo científico, o

anarquismo, a social democracia, o anárquico sindicalismo, entre outras, que se fortaleceram na Europa e repercutiram nos demais países do mundo.

Não seria diferente no Brasil, que tem suas marcas de origem caracterizada na sociedade portuguesa metropolitana, a saber, no poder centralizado, patrimonial e com forte estrutura cartorial, além de uma estrutura social rígida em função do regime de escravidão implantado já nas primeiras décadas do século XVI.

É esse o cenário do surgimento das lutas de classes, um terreno para o desenvolvimento das relações sociais cheias de contradições econômicas e o desenvolvimento de tecnologias sociais para a superação das desigualdades da sociedade capitalista que (o/a/x) educador (o/a/x) precisa assumir o compromisso com os interesses e necessidades da classe trabalhadora, e com a superação das desigualdades sociais. (PAOLI, 2013)

Essas tecnologias que evoluíram e hoje, no Brasil, são capazes de promover o diálogo entre Estado e Sociedade Civil, num espaço de lutas por melhores condições e igualdade de direitos da população que, historicamente, tem sofrido a herança da sociedade classista de onde surgiu o conceito de Cidadania e de Democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as palavras Democracia e Cidadania encontram-se em ênfase na Teoria Política. No cotidiano das pessoas, o termo na prática é praticamente inexistente. A construção da Democracia no Brasil esteve sempre vinculada aos interesses da elite, o que se percebe é que raramente esteve vinculada a necessidade do coletivo.

Percebemos que apesar de toda luta desenvolvida a partir do momento em que as pessoas excluídas passam a se perceber como parte integrante da sociedade, tolhidas do seu direito a vida digna, ainda hoje observamos situações que nos leva a um retrocesso.

A pequena parcela retentora do poder econômico e político continuam manobrando os menos abastados em detrimento de seus interesses. Mas, nem por isso podemos desistir, pois desfrutamos hoje de alguns direitos garantidos em decorrência desses e outros movimentos no decorrer da história.

A política social se origina da luta de trabalhadores na reivindicação de direitos de proteção social, ou seja, para que eles pudessem se manter e manter suas famílias quando não tivessem condições de estar trabalhando e recebendo salários, proteção esta

que incluía, dentre outros direitos, pensão por morte, atendimento à saúde e aposentadoria.

A luta dos trabalhadores impõe ao capitalista o reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas que buscam reduzir a exploração a que era e ainda é submetida à classe trabalhadora. Os movimentos sociais provocaram lutas contra toda forma de opressão, enfatizando a ideia de Cidadania como incorporando direitos básicos, civis e políticos e, também, a concepção correlata de uma necessária independência das instituições da sociedade civil em relação ao Estado.

Este fato fora notório através das políticas de Ações Afirmativas presente na instituição observada que esta conquista fora fruto do Movimento Negro. Os grandes problemas hoje enfrentados são resultantes de desequilíbrios econômicos entre os países, governos autoritários e falta de oportunidades em muitas regiões do mundo.

Entende-se que o processo de conquista da liberdade e Democracia se deu por meio da Revolução Francesa ocorrida no Século XVIII e da Constituição Cidadã de 1988.

Nota-se que através da luta da burguesia e dos movimentos de pertença no Brasil como, por exemplo, as Diretas Já, todos lutavam por mais autonomia, principalmente a liberdade política, sendo esta última a principal conquista para a constituição de toda a demais liberdade.

Observa-se ainda que a desmistificação da contradição entre o caráter formal e o caráter real da tríade liberdade, igualdade e fraternidade continua até hoje sendo a principal causa da luta pelos direitos sociais e, contudo, a conquista das políticas públicas e de ações afirmativa são exemplos concretos desta luta.

Portanto, o processo de evolução das lutas sociais possibilitou, no entanto, a conquista de inúmeras políticas públicas mais democráticas e cidadãs. Contudo, os indivíduos deixaram de ser refletidos como formalmente diferentes e partes naturais dos coletivos, dotados de direitos políticos desiguais, para serem pensados como indivíduos racionais.

Em que pese dizer que numa sociedade marcada pela desigualdade social, ter direito a participação no processo político e democrático não se restringe apenas ao exercício do voto, à militância em um partido político ou na discussão de temas políticos com os amigos, colegas e vizinhos.

A participação social vai, além disso. A Democracia real deveria ser de forma de governo mais plena, baseada na soberania do cidadão, o cidadão poderia expressar suas

ideias e opiniões. Enfim, vivemos em uma Democracia falsa. A Democracia admite, nem todos são iguais. A oportunidade igual em opinar não elimina o próprio direito a diferença entre as pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 10 Jul 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003. Brasília: MEC, 2004.

GOHN, Maria da Graça. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade**: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2017.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, E.P.U., 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. 4. ed. São Paulo, 2007;

PAOLI, Maria Célia. **Movimentos Sociais no Brasil**: em busca de um estatuto político. In: Hellmann, Michaela (org). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**: “Sem a gente não tem jeito”. São Paulo: Marca Zero, 2013.

SCOTT, Joan W. **O Enigma da Igualdade. Estudos Feministas**. Florianópolis, 2015.

WARREM, Alves Siqueira. **Revista Serviço Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 234-239, jan./jun. 2014.